

Testes psicológicos: qualidade de instrumentos de interesse profissional

Fernanda Ottati
Ana Paula Porto Noronha
Mauro Salviati
Universidade São Francisco

Resumo

Testes psicológicos são uma das mais típicas técnicas de avaliação, que se caracterizam como medida objetiva e padronizada de uma amostra de comportamento. Vários autores enfatizam a importância de um melhor preparo dos profissionais que utilizam testes psicológicos, enquanto outros afirmam que é necessário que os instrumentos apresentem qualidades psicométricas, pois só assim seus resultados serão confiáveis. Essa melhor qualidade diz respeito ao embasamento teórico dos testes, aos estudos de padronização, e à verificação sua validade e precisão. O objetivo do presente estudo foi avaliar a qualidade dos instrumentos de avaliação de interesses publicados no Brasil. Os manuais foram avaliados por meio de um questionário de psicólogos espanhóis (Cuestionario para la Evaluación de los Tests-CET), que verifica a qualidade do material, validade, precisão, normas, dentre outros aspectos. Os resultados não são animadores, pois revelaram que a maioria dos instrumentos consultados não apresenta dados mínimos de identificação, como data de padronização e estudos sobre os seus parâmetros psicométricos.

Palavras-chave: testes psicológicos; parâmetros psicométricos; avaliação de interesse profissional.

Abstract

Psychological tests: quality of instruments of professional interest

Psychological tests are one of the most typical techniques for patient evaluation and are characterized as an objective method and standardized sample of behavior. Many authors emphasize the importance of better preparation of professionals who use psychological tests. Other authors say it is necessary that the instrument used in these tests be of a high psychometric quality, as only in this way will the results be reliable. This better quality refers to the theoretical embasement of the tests, to standardization studies and to the verification of validity and precision. The objective of the current study was to evaluate the quality of the evaluation instruments of interest published in Brazil. The manuals have been evaluated by a questionnaire of Spanish psychologists (Cuestionario para la Evaluación de los Tests-CET), which verify the quality of material, validity, precision, norms, amongst others aspects. The results, however, were not very good, therefore they show that majority of consulted instruments does not present minimum data for identification, the date of standardization and studies on psychometric parameters.

Keywords: psychological tests; psychometric parameters; evaluation of professional interest.

A avaliação psicológica pode ser entendida como um processo de coleta de dados que visa descrever e classificar comportamentos usando para isso, instrumentos psicológicos a fim de se obter um maior conhecimento do indivíduo e conseqüentemente poder tomar determinadas decisões (Pasquali, 2001; Wechsler, 1999). Uma das mais típicas técnicas de avaliação psicológica são os testes psicológicos, que são definidos por Anastasi e Urbina (2000) como “*uma medida objetiva e padronizada de uma amostra de comportamento*” (p. 18). Para Van Kolck (1981) os testes buscam medir determinado fenômeno psicológico, e procuram atender às exigências do método experimental.

Mesmo com a distinção clara entre avaliação psicológica e testes psicológicos, ainda encontram-se críticas sobre os dois, já que os próprios profissionais

da área reduzem a avaliação a testes, o que acaba gerando críticas e aversão a todo tipo de avaliação. Cronbach (1996) afirma que “*os testes têm sido muito criticados porque concepções equivocadas e aplicações inadequadas têm levado a decisões infelizes*” (p. 28). Este descrédito sofrido pela avaliação, mais especificamente pelos testes psicológicos, se deve em grande parte ao início da utilização destes como uma forma de rotular, classificar as pessoas. Atualmente as críticas relacionam-se mais à quantidade de instrumentos confiáveis e à falta de habilidade de alguns profissionais ao se utilizarem das técnicas.

Em pesquisa realizada por Noronha (2002) psicólogos determinam os problemas mais graves e mais frequentes em relação ao uso dos testes psicológicos. Os achados indicam que os mais graves

são “instrumento e uso” e os mais frequentes são o “instrumento e a formação”. O item instrumento está relacionado a problemas específicos dos testes, como construção, características psicométricas, revisões e normas; o item formação relaciona-se à formação básica (graduação) e pós-graduação, instituições de formação, docentes, próprios psicólogos e órgãos de classe; e o item uso inclui adequação ou inadequação de instrumentos de avaliação em referência à aplicação, avaliação ou interpretação dos resultados. Os psicólogos participantes da pesquisa consideram que ainda existe preconceito por parte dos profissionais em relação aos testes, que não estão preparados para atuar nessa área e que não há muita divulgação dos instrumentos pela comunidade psicológica.

Outros autores como Prieto & Muñiz (2000), Noronha & Alchieri (2002) e Alchieri & Bandeira (2002), apontam que há a necessidade de se melhorar a formação de psicólogos, que ainda carecem de conhecimentos técnicos adequados para uma boa utilização dos testes. Van Kolck (1981) também coloca que como único profissional habilitado a utilizar os testes, o psicólogo deve estar muito bem preparado, considerando que *“há necessidade de aperfeiçoamento e refinamento dos testes psicológicos, mas urge imperiosamente que se cuide do preparo daquele que vai usar os testes”* (p. 13).

Tanto os instrumentos como os profissionais que o utilizam podem estar bem ou mal preparados, o que leva à conclusão de que bons instrumentos podem tornar-se maus instrumentos quando manejados por profissionais sem qualquer preparo ou conhecimento. No entanto, bons profissionais não poderão transformar maus instrumentos em bons, isentando-os das qualidades duvidosas (Van Kolck, 1981; Noronha, 2002).

Já em relação aos resultados expressos pelos testes, para que se possa confiar é necessário que eles tenham passado por estudos que comprovem suas qualidades psicométricas. Além disso, quando os instrumentos forem ‘importados’ para diferentes países deverão passar por estudos adequados de padronização e normatização. Azevedo, Almeida, Pasquali & Veiga (1996) afirmam que *“os países de língua portuguesa e espanhola encontram-se entre o grupo de países em que grande parte dos testes usada pelos psicólogos foi meramente traduzida sem estudos prévios que justifiquem o uso”* (p. 214).

Corroborando a colocação anterior, Almeida (1999) considera que, sendo a Psicologia uma ciência que evolui, e devendo partilhar esse crescimento, as provas psicológicas podem ser ‘importadas’ para todos países, desde que esteja presente a preocupação com a realização de estudos prévios sobre a população na qual será utilizado. Os testes não podem simplesmente ser importados e utilizados, pois isso levaria à criação de imagens distorcidas da realidade psico-sociocultural própria de indivíduos, grupos e instituições nos países que importam instrumentos. O autor acrescenta que cabe às Escolas e às Associações de Psicologia realizar estudos de adaptação, e não só os de normalização ou padronização dos resultados.

Nesse sentido, o de gerar estudos com testes psicológicos, Cronbach (1996) acredita que a grande preocupação em relação à adequação dos testes advém de associações profissionais, sendo a maior influência da American Psychological Association, American Educational Research Association e o National Council on Measurement in Education (APA, AERA & NCME, 1999).

Já em perspectiva nacional, Wechsler (1999) propõe um Guia de Procedimentos Éticos para a Avaliação Psicológica. A autora destaca que essa preocupação já existe há muito tempo nas associações e entidades internacionais, porém no Brasil, apesar de termos um Código de Ética Profissional, ele não traz especificações para a área de avaliação psicológica. O guia proposto abrange a construção dos testes, passa pela interpretação, correção chegando até a devolução dos dados. Este guia também aborda alguns princípios de construção dos testes psicológicos, tais como a necessidade de se definir objetivo e população-alvo, apresentação detalhada das características e limitações do instrumento, evidências de validade e precisão e definição de normas pautadas em pesquisas recentes.

A preocupação com a construção dos testes é fundamentada no pressuposto real de que o instrumento fornecerá dados relevantes ao profissional, e que, portanto, é necessário que esses dados sejam verdadeiros e confiáveis. Adanéz (1999) enumera as etapas de construção, e no, que se refere à elaboração do manual, ele considera que o construtor do teste deverá redigi-lo de maneira que estejam especificadas todas as características da prova: fundamentos teóricos, objetivos, possíveis usos, populações a que se destina, recursos necessários para administração, o procedimento de administração e correção, precisão, validade, referências bibliográficas e qualquer outra recomendação necessária para o uso correto.

Anastasi & Urbina (2000) fazem algumas considerações sobre a publicação de manuais de testes, no sentido de que

o manual do teste deve fornecer as informações necessárias para aplicar, pontuar e avaliar um determinado teste. Ele deve conter instruções completas e detalhadas, gabarito de respostas, normas e dados sobre a confiabilidade e a validade. Além disso, o manual deve relatar o número e o tipo de pessoas a partir das quais foram estabelecidas as normas, confiabilidade e a validade, e os métodos empregados no cálculo dos índices de confiabilidade e validade (p. 37).

Algumas pesquisas apontam que determinados testes não apresentam em seus manuais os dados mais básicos, ou seja, de identificação como nome, autor, data e editor (Noronha; Freitas; Sartori & Ottati, 2001). Essa falta de informação é de responsabilidade de autores e editores dos testes, que, por sua vez, deveriam estar preocupados com a qualidade da publicação científica que estão realizando. A responsabilidade também deve ser atribuída aos profissionais usuários dos instrumentos, que, ao

mesmo tempo em que não colaboram para o crescimento da área, continuam a fazer um uso pouco crítico dos instrumentos existentes no mercado profissional.

Essa realidade pode ser percebida no uso de instrumentos em programas de orientação profissional, já que a maioria utiliza tanto testes de personalidade como os inventários de interesses. Os instrumentos de avaliação de interesses oferecem oportunidades de o indivíduo estudar e relacionar os resultados do teste com informações ocupacionais, e também oferecem uma expansão nas opções de carreiras já que muitos inventários já trazem não só ocupações que necessitem de formação universitária, mas também opções de carreiras em nível técnico (Anastasi & Urbina, 2000; Cronbach, 1996).

Além dessas características, Anastasi & Urbina (2000) enfatizam que eles possuem ainda uma outra, muito peculiar, que diz respeito à facilidade que as pessoas têm em responder às questões. Sbardellini (2000) considera que o uso dos testes na orientação profissional deve ser realizado como um

meio que oferece possibilidades de apreender a subjetividade do sujeito diante das condições objetivas que lhe são apresentadas. Nesse sentido, o teste visa enriquecer as informações já levantadas por outros meios, atribuindo um significado mais compreensivo e dinâmico da personalidade do sujeito e dos mecanismos que interferem no processo de escolha (p. 90).

A relação existente entre os interesses profissionais e a personalidade também foi enfatizada por John L. Holland, em seu modelo hexagonal, que é um dos trabalhos mais conhecidos e respeitados na literatura sobre interesses, “*pois integra tipos de personalidade às áreas profissionais cujas atividades são mais motivadoras para os vários tipos*” (Primi e cols., 2002, p. 62). Embora muito se tenha a discutir a respeito das diferentes correntes teóricas relacionadas à orientação profissional, o presente estudo destacará a qualidade dos testes utilizados na realização deste processo, além disso os autores reconheçam que a análise da orientação profissional deve continuar sendo objeto de estudos de outros trabalhos.

Souza (1995) afirma que os testes têm papel instrumental na orientação profissional, ou seja, não substituem a função do psicólogo, e sim, vêm-se somar a essa. Outro ponto que a autora destaca é que os testes devem vir para oferecer mais informações sobre os indivíduos, e portanto o processo de orientação não se inicia a partir dos testes. Ao se utilizar dos testes, o profissional deve atentar para não fazer esse uso de forma fechada, estática, e sim, dar importância a todas as dimensões do instrumento, incluindo as deficiências e limitações, até mesmo para saber como lidar com elas.

Como uma forma de saber se o instrumento que irá utilizar é adequado ao objetivo em questão, se apresenta todas as características necessárias para se fazer um bom uso dele, o Conselho Federal de Psicologia em 2001 elaborou a Resolução 25/01, que

regulamentava a elaboração, comercialização e uso dos testes psicológicos. Em 2003, o Conselho elaborou outra Resolução, a n. 02/03 que revoga a de número 25/01. Nesta, a ênfase é dada a revisão de todos os testes publicados no Brasil, com a publicação de um instrumento para que esse estudo seja realizado por psicólogos nomeadamente capacitados, ou seja, com comprovados conhecimentos em testagem psicológica. O instrumento adaptado é o mesmo que foi utilizado nessa pesquisa.

Pasquali & Alchieri (2001) afirmam que a partir de 1990 as preocupações dos Conselhos de Psicologia estavam mais relacionadas com “*a repercussão negativa dos testes na sociedade e, conseqüentemente, com a classe profissional dos psicólogos na sociedade em geral*” (p. 212). Adams (2000) afirma que está ocorrendo uma diferença em relação ao passado, já que revisões de testes têm sido mais frequentes. Além disso, o interesse por esse desenvolvimento advém de psicólogos, editores e usuários.

O presente trabalho objetivou analisar instrumentos de avaliação de interesse profissional, no que se refere às informações contidas nos respectivos manuais, tais como nome do instrumento, autor/es, data, editora, faixa etária, procedimentos de correção, escalas utilizados, tempo de aplicação e bibliografia.

MÉTODO

Instrumento

Para a realização da pesquisa foi utilizada uma adaptação do Questionário para Avaliar a Qualidade dos Testes utilizados na Espanha, proposto por Prieto & Muñoz (2000). O instrumento se propõe a avaliar diversas características dos testes, como descrição geral, qualidade do material, validade, precisão e normas. O questionário foi desenvolvido com vistas a potencializar e promover o uso adequado dos testes na Espanha, embora seja importante ressaltar que o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2001; 2003) nas Resoluções 25/01 e 02/03 cita o trabalho desses autores como referência para a elaboração dos critérios de análise dos dados dos testes comercializados no Brasil. A tradução e a respectiva adaptação do questionário utilizadas na presente pesquisa foram realizadas pela primeira autora.

Material

As fontes documentais da pesquisa foram os manuais dos seguintes testes de medida de interesses: Inventário Ilustrado de Interesses Geist (E. Nick, CEPA, [s.d.]), Inventário de Interesses Kuder (Departamento de estudos do CEPA, CEPA, 2000), Inventário de Interesses Angelini & Thurstone (A. L. Angelini, CEPA, 2001), Teste do Catálogo de Livros Bessa-Tramer (P. P. de Bessa, CEPA, 1998), Teste das Estruturas Vocacionais (A. Minicucci, Vetor, 1983.), Levantamento de Interesses Profissionais (C. Del Nero, Vetor, 1984) e Questionário Vocacional de Interesses (R. de Oliveira, Vetor, 1982).

Os dados apresentados entre parênteses correspondem ao nome do autor, editora e data de

publicação, e foram consultados nos respectivos manuais.

Procedimentos

A escolha dos testes foi realizada a partir de um levantamento dos inventários de medida de interesses disponíveis no Núcleo de Psicologia Aplicada de uma instituição de ensino particular do interior paulista. Todos os inventários de interesses presentes foram selecionados, e, após isso, foi feita a adaptação do instrumento a ser utilizado na pesquisa.

Todos os manuais foram lidos individualmente, para depois serem analisados pelos critérios propostos pelo questionário, também de forma individual. Os resultados foram analisados de forma qualitativa e quantitativa, com a construção de tabelas e quadros descritivos. Nas tabelas referentes aos dados de identificação e dados de instrução foi utilizado o critério de presença ou ausência das informações; assim o número 1 corresponde à informação presente, e o número 0 à informação ausente.

Resultados

Considerando os objetivos do presente trabalho, a Tabela 1 apresenta os dados relativos à identificação dos instrumentos nacionais, tais como autor (es), editor e data de publicação. Os dados indicam que todos os instrumentos nacionais consultados trazem os dados de identificação, como autor do teste, editor da publicação e data da publicação. Já os dados de identificação relativos aos instrumentos traduzidos/adaptados para o Brasil apresentam outras informações complementares, como autor, editor e data originais. Embora a ausência desse tipo de informação pareça incomum, vale ressaltar que tem aparecido com alguma frequência nos manuais psicológicos. Não raras vezes, encontram-se testes adaptados para o Brasil, sem nenhuma referência ao instrumento de origem, que serviu de base para a publicação. Outras vezes, é possível encontrar algumas informações, mas poucas vezes estão disponíveis todos os dados necessários para a identificação do teste. Compreende-se que alguns materiais foram tão modificados que configuram um novo instrumento, mas de qualquer forma, vale lembrar que a definição do construto que serviu de base para a elaboração do “novo” deve ser indicada inclusive como leitura complementar.

Tabela 1: Dados de identificação dos instrumentos produzidos no Brasil.

Nome do Teste	Autor (es)	Editor	Data
Teste do Catálogo de Livros Bessa-Tramer	1	1	1
Teste das Estruturas Vocacionais	1	1	1
Levantamento de Interesses Profissionais	1	1	1
Questionário Vocacional de Interesses	1	1	1

A Tabela 2 refere-se aos instrumentos traduzidos/adaptados para o Brasil, e os achados indicam que o Inventário de Interesses Kuder foi o melhor pontuado, apresentando 7 dos 8 itens. Já o Inventário Ilustrado de Interesses Geist não trouxe informações sobre o nome original do teste, autor/es

original e a data da adaptação brasileira. E o Inventário de Interesses Angelini & Thurstone não apresentou o nome original do teste e a data da adaptação brasileira. As ponderações referentes aos resultados da Tabela 1 também podem ser aplicadas à análise realizada nessa Tabela.

Tabela 2: Dados de identificação dos instrumentos traduzidos/adaptados para o Brasil.

Nome do Teste	Nome original	Autor/es original	Autor/es adaptação	Editor original	Editor adaptação	Data original	Data adaptação	Data mais recente
Inventário Ilustrado de Interesses Geist	0	1	1	1	1	1	0	0
Inventário de Interesses Kuder	1	1	1	1	1	1	0	1
Inventário de Interesses Angelini & Thurstone	0	1	1	1	1	1	0	1

No que se refere às informações sobre faixa etária, procedimento de correção, escala utilizada, tempo de aplicação e bibliografia, os resultados indicaram que a melhor pontuação ficou sob a responsabilidade do Teste do Catálogo de Livros Bessa-Tramer. Já o

instrumento menos pontuado é o Inventário Ilustrado de Interesses Geist, que só traz uma informação, o tempo de aplicação. Das cinco informações analisadas, a única que esteve presente em todos os testes foi o tempo necessário para a aplicação. Parece inconcebível que as informações acima citadas não

constem de todos os manuais de teste. Como esperar uma utilização adequada do material, se não há informações sobre o procedimento de correção? Se não está indicado no manual o tempo requerido para a realização da tarefa? Ou ainda, se não há dados sobre a faixa etária utilizada na amostra de padronização?

O movimento presente na área de avaliação psicológica no Brasil parece não estar mais de acordo com os problemas relatados no presente trabalho. Seguem as considerações finais.

Tabela 3: Dados de instrução e material

Nome do Teste	Faixa etária	Procedimento de correção	Escalas utilizadas	Tempo de aplicação	Bibliografia
Inventário Ilustrado de Interesses Geist	0	0	0	1	0
Inventário de Interesses Kuder	1	1	1	1	1
Inventário de Interesses Angelini & Thurstone	0	1	--	1	0
Teste do Catálogo de Livros Bessa-Tramer	1	1	1	1	1
Teste das Estruturas Vocacionais	0	1	0	1	1
Levantamento de Interesses Profissionais	0	1	--	1	0
Questionário Vocacional de Interesses	0	1	--	1	0

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente trabalho estão em concordância com outros estudos já realizados, como os de Noronha, Sartori, Freitas & Ottati (2001), Noronha, Sartori, Freitas & Ottati (2002) & Alves (2002), que analisaram manuais de testes de inteligência e personalidade e também encontraram defasagens referentes às instruções, normas, dados de identificação, entre outras, e evidenciam que os testes avaliados na pesquisa não apresentaram em seus manuais os requisitos necessários de acordo com a literatura quando da elaboração de uma publicação científica, em especial, um teste psicológico (Adánez, 1999; Wechsler, 1999; Anastasi & Urbina, 2000, CFP, 2003).

Nos dados de identificação os resultados mostraram que os instrumentos nacionais apresentaram todos os dados, enquanto os instrumentos traduzidos para o Brasil não apresentaram várias das informações necessárias. Essas são informações básicas, considerando que o teste psicológico é uma publicação científica. A responsabilidade sobre isso recai nos construtores e principalmente nas editoras que lançam instrumentos sem tomar esse devido cuidado, embora não se possa isentar a responsabilidade dos próprios autores. Noronha & Alchieri (2002) apontam que por muito tempo os psicólogos brasileiros utilizavam instrumentos estrangeiros que não apresentavam nenhum estudo com amostra brasileira, e muito menos os outros dados essenciais de um manual. Atualmente essa realidade tende a mudar, principalmente com a

Resolução 02/03 do Conselho Federal de Psicologia, que irá considerar falta ética a utilização de testes que não estejam na lista daqueles considerados em condições de uso pelos psicólogos.

Um dado que chama a atenção é em relação à data de publicação dos instrumentos, dos três traduzidos para o Brasil. Dois passaram por revisões e foram reeditados recentemente, enquanto que dos quatro nacionais, três apresentam datas mais antigas ainda do começo da década de 80. Um estudo desenvolvido por Noronha, Primi & Alchieri (2002) indicou que, dos instrumentos comercializados no Brasil, quer sejam produção nacional ou internacional, a maior parte data das décadas de 80 e 90. Tal constatação faz sentido, considerando que nas últimas décadas a avaliação psicológica voltou a ser objeto de preocupação no cenário psicológico brasileiro.

Os dados relacionados às instruções e material do teste mostram que nesses aspectos, fundamentais para uma boa aplicação do instrumento, a maioria dos testes consultados apresenta as informações como procedimento de correção, escalas utilizadas, tempo de aplicação e bibliografia. Todos apresentam o tempo de aplicação, porém somente dois trazem a faixa etária. Por mais que se saiba que os instrumentos de interesse são destinados para adolescentes e adultos, seria importante que nos manuais fossem apresentadas as idades dos sujeitos envolvidos no processo de construção do teste, e na construção das tabelas de resultados, considerando que os testes são válidos e precisos para amostras específicas. Isso vem de encontro às preocupações propostas por autores como Weschler (1999), Van Kolck (1981), Anastasi &

Urbina (2000), Noronha (2002), que já relataram a necessidade de que os manuais dos testes psicológicos tragam informações necessárias para aplicar, avaliar, além de outras informações fundamentais como dados de identificação e principalmente, os dados sobre os parâmetros psicométricos, que revelam a cientificidade dos instrumentos.

No âmbito internacional a preocupação com as publicações referentes aos testes psicológicos é maior. Nos Estados Unidos por exemplo, há algumas publicações anuais como o *Mental Measurements Yearbooks* e o *Test Critique* do Buros Institute of Mental Measurements que oferecem importantes informações sobre os testes, incluindo levantamentos de tipos de instrumentos, até a verificação de estudos de validade e precisão (Cronbach, 1996; Noronha & Alchieri, 2002).

Estudos foram realizados em países ibero-americanos, e os problemas apontados em relação aos testes pelos próprios profissionais foram os aspectos éticos como reprodução de folhas de respostas, até os considerados mais graves, como a falta de padronização para instrumentos importados (Almeida, Prieto, Muñiz & Bartram, 1998). No Brasil também há estudos com essa mesma temática. Azevedo, Almeida, Pasquali & Veiga (1996) realizaram uma pesquisa com psicólogos, que demonstrou que a maioria deles acredita no valor dos testes, porém apontam que faltam estudos que justifiquem a validade de seu uso. Achados de outra pesquisa, realizada por Noronha (2002), também apontam nessa direção, que os psicólogos consideram que faltam estudos com os instrumentos psicológicos disponíveis no mercado, que possam comprovar a legitimidade de seu uso.

Mesmo diante de todos esses resultados, quando a maioria dos testes não apresenta as condições necessárias para que possam ser utilizados, muitos deles, senão a maioria, estão presentes em programas de orientação profissional, sendo utilizados sem um mínimo de critério por parte de alguns profissionais. Resultados imprecisos podem estar ocorrendo, e desvalorizando um campo de atuação da ciência psicológica.

Recomenda-se que novos estudos sejam realizados neste sentido, ou seja, o de verificar as informações contidas em manuais de testes psicológicos com outros instrumentos, ou análises diferentes, mas com o intuito de se revelar as insatisfações e as incorreções ainda presentes na área de avaliação, especialmente nos testes padronizados.

REFERÊNCIAS

- Adams, K. M. (2000). Practical and ethical issues pertaining to test revisions. *Psychological Assessment*, 12 (3), 281-286.
- Adanéz, G. P. (1999). Procedimientos de construcción y análisis de tests psicométricos. Em S. M. Weschler & R. S. L. Guzzo (Orgs.), *Avaliação psicológica: Perspectiva internacional* (pp. 57-100). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Alchieri, J. C. & Bandeira, D. R. (2002). Ensino da avaliação psicológica no Brasil. Em R. Primi (Org.), *Temas em avaliação psicológica* (pp. 35-39). Campinas: IBAP.
- Almeida, L.; Prieto, G.; Muñiz, J. & Bartram, D. (1998). O Uso dos Testes em Portugal, Espanha e Países Iberoamericanos. *Psychologica*, 20, 27-40.
- Almeida, L. S. (1999). Avaliação psicológica: Exigências e desenvolvimento nos seus métodos. Em S. M. Weschler & R. S. L. Guzzo (Orgs.), *Avaliação psicológica: Perspectiva internacional* (pp. 41-55). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Alves, I. C. B. (2002). Instrumentos disponíveis no Brasil para avaliação da inteligência. Em R. Primi (Org.), *Temas em avaliação psicológica* (pp. 80-102). Campinas: IBAP.
- Anastasi, A. & Urbina, S. (2000). *Testagem Psicológica* (7. ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Azevedo, M. M.; Almeida, L. S.; Pasquali, L. & Veiga, H. M. S. (1996). Utilização dos testes psicológicos no Brasil: Dados de estudo preliminar em Brasília. Em L. S. Almeida; S. Araújo, M. M.; Gonçalves, C. Machado & M. R. Simões (Orgs.), *Avaliação psicológica: Formas e contextos*, v. IV (pp. 213-219). Braga, Portugal.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. Resolução 02/03. Obtido do World Web Wide www.pol.org.br, em 20/05/2003.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. Resolução 25/01. Obtido do World Web Wide www.pol.org.br, em 30.08.2002.
- Cronbach, L. J. (1996). *Fundamentos da testagem psicológica* (5. ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cunha, J. A. (2000). Estratégias de avaliação: Perspectivas em psicologia clínica. Em J. A. Cunha (Org.), *Psicodiagnóstico-V* (pp. 19-22). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Noronha, A. P. P.; Primi, R. & Alchieri, J. C. (2002). *Parâmetros Psicométricos: uma análise de testes psicológicos comercializados no Brasil*. Psicologia: ciência e profissão (submetido).
- Noronha, A. P. P. & Alchieri, J. C. (2002). Reflexões sobre os instrumentos de avaliação psicológica. Em R. Primi (Org.), *Temas em Avaliação Psicológica* (pp. 7-16). Campinas: IBAP.
- Noronha, A. P. P. (2002). Os problemas mais graves e mais frequentes no uso dos testes psicológicos. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 1 (15), 135-142.
- Noronha, A. P. P.; Sartori, F. A.; Freitas, F. A. & Ottati, F. (2002). Informações contidas nos manuais de testes de personalidade. *Psicologia em Estudo* 7 (1), 143-149.
- Noronha, A. P. P.; Sartori, F. A.; Freitas, F. A. & Ottati, F. (2001). Informações contidas nos manuais de testes de inteligência publicados no Brasil. *Psicologia em Estudo* 2 (6), 101-106.
- Pasquali, L. & Alchieri, J. C. (2001). Os testes psicológicos no Brasil. Em L. Pasquali (Org.), *Técnicas de exame psicológico – TEP* (pp. 195-211). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pasquali, L. (Org.). (2001). *Técnicas de exame psicológico – TEP*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Prieto, G. & Muñiz, J. (2000). *Un modelo para evaluar la calidad de los tests utilizados en España*. Obtido do

- World Web Wide <http://www.cop.es/tests/modelo.htm>, em 04.12.2000.
- Primi, R.; Bighetti, C. A.; Munhoz, A. H.; Noronha, A. P. P.; Polydoro, S. A.J.; Di Nucci, E. P. & Pellegrini, M. C. K. (2002). Personalidade, interesses e habilidades: um estudo correlacional da BPR-5, LIP e do 16 PF. *Avaliação Psicológica 1* (1), 61-72.
- Sbardelini, E. T. B. (2000). Avaliação psicológica e orientação profissional: contribuição do teste de fotos de profissões-BBT. Em F. Sisto; E. T. B. Sbardelini & R. Primi (Orgs.), *Contextos e questões da avaliação psicológica* (pp. 85-97). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, S. P. (1995). Diagnóstico de orientação profissional – o uso do T.A.T. Em A. M. M. Bock (Org.), *A escolha profissional em questão*. (pp.135-151). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Van Kolck, O. L. (1981). *Técnicas de exame psicológico e suas aplicações no Brasil* (3. ed.). Petrópolis: Vozes.
- Wechsler, S. M. (1999). Guia de procedimentos éticos para avaliação psicológica. Em S. M. Weschler & R. S. L. Guzzo (Orgs.), *Avaliação psicológica: Perspectiva internacional* (pp. 133-141). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Recebido: 13.03.2003
Revisado: 20.06.2003
Aceito: 30.06.2003

Sobre os autores

Fernanda Ottati: Psicóloga. Aluna do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Universidade São Francisco. Endereço para correspondência - Rua Evaristo Coletti, 168 Jardim Morumbi – Itatiba/SP – CEP: 13253-203 – E-mail: fernanda_itb@yahoo.com.br

Ana Paula Porto Noronha: Doutora em Psicologia: ciência e profissão pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Universidade São Francisco.

Mauro Salviati: Doutorando em Psicologia: ciência e profissão pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Docente do Curso de Psicologia da Universidade São Francisco.